

EM BUSCA DE UMA REDE COMUNITÁRIA PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA *

Carlos Eduardo Zuma
Instituto Noos
carloszuma@noos.org.br

Resumo

A violência é aprendida. Esta afirmação torna a prevenção da violência intrafamiliar um dos principais meios para prevenir a violência em geral. E é na família extensa e na comunidade que as vítimas da violência intrafamiliar buscam ajuda em primeiro lugar. Por este motivo, as organizações comunitárias ocupam um lugar importante na rede de prevenção dessas situações e poderiam melhor encaminhar os envolvidos aos serviços adequados se informadas sobre os recursos disponibilizados pelo poder público e entidades da Sociedade Civil Organizada. Este trabalho tem como objetivo levantar fatores de risco que tornam as famílias mais vulneráveis à violência em suas relações e contribuir para uma reflexão sobre como trabalhadores sociais podem promover uma rede comunitária para a prevenção de sua ocorrência.

Violência intrafamiliar; violência doméstica; prevenção da violência; rede comunitária.

□

Represento uma organização da sociedade civil, o Instituto Noos, que desde 1999 no Rio de Janeiro, procura desenvolver e articular diferentes práticas sociais que possam prevenir a violência que ocorre no âmbito das relações familiares.

Entendemos, hoje, que para alcançarmos este objetivo é necessário e imprescindível contar com a participação da sociedade como um todo e com a mobilização de comunidades locais.

A sensibilização de uma comunidade sobre esta problemática, sua participação ativa nas ações de prevenção e a articulação dos serviços que são disponibilizados por organizações governamentais e da sociedade civil são os temas que gostaria de trazer à discussão neste espaço, no intuito de refletir sobre como os trabalhadores do campo social podem atuar para a prevenção da violência que ocorre no âmbito das relações familiares.

* Trabalho apresentado no III Congresso Brasileiro de Terapia Comunitária, Fortaleza, 7 a 11 de setembro de 2005.

A principal motivação para a confecção do relatório foi a constatação que as situações de violência traziam muitas e pesadas conseqüências para o sistema de saúde. A ponto de a 49ª. Assembléia Mundial de Saúde, em 1996, ter declarado a violência como um dos principais problemas mundiais de saúde pública. Este foi um forte estímulo para vincular a violência com a área de saúde, aproveitando-se estudos realizados desde a década de 80, pois tradicionalmente o fenômeno da violência era mais abordado nas áreas de segurança pública e Direitos Humanos.

Como nos diz o próprio relatório¹:

“A saúde pública é, acima de tudo, caracterizada por sua ênfase na prevenção. Em vez de simplesmente aceitar ou reagir à violência, seu ponto de partida é a forte convicção de que tanto o comportamento violento quanto suas conseqüências podem ser evitados”. (p. 4).

As ações de prevenção podem ser classificadas como primárias, secundárias ou terciárias, dependendo dos seus objetivos, respectivamente, evitar que a violência ocorra, dar uma resposta imediata ou reduzir suas conseqüências e reincidências.

No Instituto Noos, em nosso Programa de Prevenção à Violência Intrafamiliar adotamos a conceituação operacional oferecida por este relatório, não só porque possibilita uma linguagem referencial para compartilharmos experiências e idéias com outras organizações, como também, e fundamentalmente, porque sua compreensão da violência contempla nossa escolha inicial por uma abordagem sistêmica: entendemos que os fenômenos têm que ser vistos em seu contexto, meio cultural e momento histórico em que ocorrem; que o modo como os descrevemos determina a escolha de nossas ações de interação; em se tratando da violência, que ela é um fenômeno complexo, desencadeada por múltiplos fatores; que reduzi-la a um só ou a poucos desses fatores promove uma leitura parcial e com conseqüências indesejadas; que ajuda, para a formulação de ações, se decomposmos a violência em ato e processo interacional que possibilita o ato².

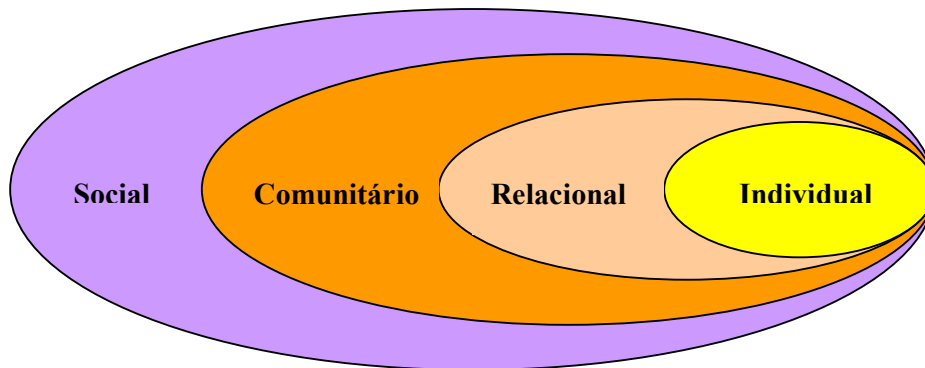
Como atividades voltadas para a prevenção primária temos nos dedicado a cursos, palestras e oficinas voltados para a sensibilização da população em geral e de profissionais das áreas de saúde, educação e assistente social sobre a problemática da violência intrafamiliar e sobre temas como gênero, relações de gênero, recursos para a gestão de conflitos e para lidar com as diferenças, que são temas correlacionados.

Consideramos nossos atendimentos como prevenção terciária, pois tentam evitar que haja reincidência em famílias em que a violência já aconteceu ou vem acontecendo.

Oferecemos grupos reflexivos de gênero para homens e para mulheres que vivem esta situação em suas relações, além do espaço para atendimento de casal e família.

A complexidade da violência e os fatores de risco e proteção

O relatório da OMS¹, já mencionado, adota um modelo ecológico em que a violência é explicada como resultado de uma interação complexa de fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais.



A cada um dos níveis do modelo, pode-se atribuir fatores de risco e de proteção, para os diversos tipos de violência, tanto relacionados a quem sofre como a quem perpetra a violência. Conhecidos os fatores de risco, podemos planejar ações que os minimizem e/ou fortaleçam os fatores de proteção.

Não tenho o objetivo de esgotar aqui a lista dos fatores de risco que podem ser associados à violência intrafamiliar. Além do relatório da OMS, uma publicação³ também de 2002, do Ministério da Saúde, é outra importante fonte para quem deseja pesquisar sobre esses fatores de risco.

Quero trazer, para exemplificar, os fatores associados ao risco de um homem cometer abuso contra a parceira, como apontados pelo relatório e corroborados por uma pesquisa⁴ domiciliar que fizemos no Rio com cerca de 750 homens sobre a questão:

Fatores associados ao risco do um homem cometer abuso contra a parceira:

Individuais:

- pouca idade
- excesso de bebida
- depressão
- distúrbios de personalidade

- baixo rendimento escolar
- baixa renda
- ter sido vítima ou testemunha de violência quando criança

Relacionais:

- conflito ou instabilidade no casamento
- domínio masculino na família
- estresse econômico
- vida familiar precária

Comunitários:

- fracas sanções comunitárias em relação à violência doméstica
- pobreza
- baixo capital social

Sociais:

- normas tradicionais de gênero
- normas sociais que apóiam a violência.

As publicações citadas fazem referências a fatores de risco que podem ser associadas às mulheres, crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência, vítimas da maioria dos casos relatados; ou ainda, os fatores ligados à pessoa responsável pelos cuidados com a criança, às características do casal e do ambiente familiar, além do que apresentamos como exemplo, relacionados ao homem que comete abuso contra sua parceira.

Quero me deter aqui nos fatores de risco associados aos níveis comunitário e social, sintetizados abaixo, tomando-se os apontados para cada segmento:

Comunitários:

- Alto nível de mobilidade residencial (migração)
- Fraco vínculo social/ baixo capital social
- Alta densidade populacional
- Presença de tráfico de drogas

- Altos níveis de desemprego
- Grande isolamento social
- Áreas de pobreza ou deterioração física
- Pouco apoio institucional
- Fracas sanções comunitárias em relação à violência doméstica

Sociais:

- Normas culturais que apóiam a violência como uma forma aceitável para solucionar conflitos
- Normas que dão prioridade aos direitos dos pais sobre o bem-estar da criança
- Normas que reafirmam o domínio masculino sobre as mulheres e as crianças/
normas tradicionais de gênero

Para além da situação de pobreza que, indiscutivelmente, corrobora para a vulnerabilidade das relações familiares para a violência, mas que requer uma discussão específica que ultrapassa os objetivos deste trabalho, poderíamos agregar a maior parte dos fatores de risco listados em três grandes temas: **normas vigentes da cultura patriarcal, a violência como forma de resolução de conflitos e o baixo capital social.**

Os valores atribuídos ao patriarcado quando encarnados no cotidiano das relações familiares contribuem para sua vulnerabilidade em adotar a violência, pois geram uma hierarquização na posição ocupada socialmente por cada pessoa. Coloca-se cada um sobre um eixo em cujos pólos estão, de um lado, características de maior valor social e, de outro, as de menor importância, ou, de um lado, os detentores de direitos ou privilégios e, de outro, os desprovidos de direitos. Desse modo contrapõem homens e mulheres, adultos e crianças, adultos e idosos, heterossexuais e homossexuais, brancos e negros ou brancos e índios, altos e baixos, ricos e pobres etc, proporcionando sentimentos de onipotência e arrogância em uns e de impotência e baixa auto-estima em outros.

A promoção de reflexão sobre os valores do patriarcado, questionando os papéis tradicionais atribuídos aos gêneros, desmistificando as novas configurações familiares e questionando os modelos de educação muito repressores ou muito permissivos, são enormes contribuições a prevenção da violência intrafamiliar.

Podemos dizer, em relação à violência como forma de resolver conflitos, que a imposição da vontade dos mais fortes sempre esteve presente na história de nossa civilização, mas não podemos, a partir disso, entendê-la como natural ou inerente ao Ser Humano.

Sabemos que os conflitos, sim, são inevitáveis em qualquer convívio, pois somos seres diferentes uns dos outros. Mas temos formas de administrar esses conflitos, sem apelarmos para a violência. Precisamos, cada vez mais, valorizar, mobilizar, aprimorar as formas pacíficas de lidarmos com nossas diferenças.

O baixo Capital Social de uma comunidade é o terceiro tema em torno do qual agregamos alguns fatores de risco para a violência intrafamiliar. Juarez de Paula⁵ define Capital Social como “a capacidade de organização de uma dada sociedade, ou seja, a capacidade das pessoas de estabelecerem relações de confiança, de cooperação, de associação em torno de interesses comuns”.

Depreendemos que o aumento do capital social, ou, o incremento na organização de uma comunidade pode ampliar sua capacidade de resposta às situações de violência intrafamiliar que ocorrem em seu território.

Para ampliarmos uma reflexão sobre o tema do aumento do capital social ou do incremento à organização da sociedade, queremos acrescentar outras informações sobre as famílias que têm violência em suas relações.

Em primeiro lugar sabemos que⁶:

“As famílias que vivem situações de violência tendem ao isolamento, seja por sua iniciativa, pelo sentimento de vergonha que a situação gera, seja pelo preconceito de outros em relação à problemática. No interior da própria família, o silêncio sobre o tema se impõe, por medo, pela impossibilidade de acharem uma solução ou para evitar reviver o sofrimento. A consequência é mais silêncio, pois não se pode tocar no assunto, nem em outros que possam lembrá-lo e, assim, sucessivamente. Nas ações de atenção voltadas para essas famílias ou para seus membros, portanto, é extremamente oportuno incluir atividades conectivas com outras pessoas, famílias ou grupos”.

Também sabemos que é a sua rede mais próxima, afetiva ou espacialmente, que a família primeiro aciona nas ocasiões em que ocorre violência. Muitas vezes é a simples presença ou a ação imediata dos membros dessa rede que impede que atos de violência aconteçam ou se agravem. A não tolerância comunitária funciona como freio social a outros tantos casos.

O capital social pode ser visto tanto em seu aspecto interno a um grupo ou comunidade como em relação à sua conexão externa com outros grupos. No caso das

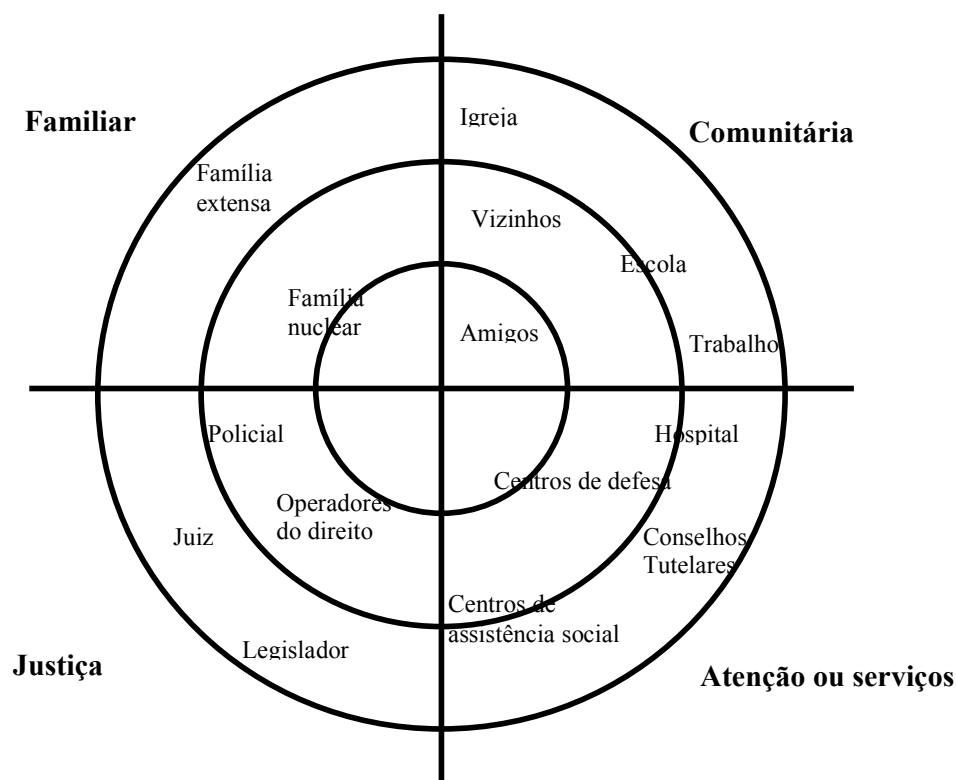
famílias que vivem situação de violência, podemos dizer que tanto seu capital social interno como sua capacidade de conexão ficam comprometidas, bem como, por consequência, sua capacidade de procurar ajuda e ter acesso aos serviços adequados.

Quando uma comunidade não está minimamente organizada, dificilmente sua população consegue usufruir dos serviços que estão disponíveis. Muitas vezes, pela desinformação sobre a existência desses serviços. O acesso à informação é muito facilitado pelos grupos de pertinência das pessoas:

Hoje sabemos que, mesmo em locais nos quais os governos conseguem suprir a população com serviços adequados às suas necessidades, se a comunidade não está organizada de alguma forma, em associação de moradores, nas igrejas, em sindicatos, cooperativas, partidos políticos, etc., ela não consegue usufruir plenamente daqueles serviços. Portanto, essas organizações sociais são portas de entrada privilegiadas, não só para o debate público, que gera sensibilização sobre a questão, como também em criar outras iniciativas que possam levar informação à comunidade de seu entorno. Incluímos as escolas nesta rede não só pela proximidade com as famílias e as comunidades em que estão inseridas, como também por sua vocação de formação, e, portanto, promotora de reflexão e pensamento crítico de crianças e adolescentes.⁶

Propus, em outro momento⁶, uma categorização da rede social potencialmente conectada a uma família em que ocorra situação de violência em suas relações. Tomando como exemplo a violência cometida contra as mulheres, as crianças e os adolescentes identificamos os seguintes atores sociais como participantes da rede que se forma a partir deste problema: a família nuclear, a família extensa, os amigos, os vizinhos, a comunidade, o policial da delegacia de mulheres, o conselheiro tutelar, o médico do pronto-socorro e o do IML, os profissionais do centro de atenção à mulher ou do centro de defesa da criança e do adolescente, os serventuários da justiça, o promotor público, o defensor ou advogado, o juiz, chegando, por extensão, até o legislador.

Esses atores sociais podem ser categorizados em quatro tipos de rede: a familiar, a comunitária, a de justiça e a de atenção ou de serviços. Adaptando o modelo de Mapa de Rede proposto por Sluzki, teríamos:



Vamos nos limitar aqui em sublinhar a importância dessas redes estarem conectadas e, em especial, a rede de atenção ou de serviços. Nesta rede incluímos os serviços oferecidos pelos órgãos governamentais, em qualquer de seus níveis, por entidades privadas de assistência social ou, ainda, pela rede particular de saúde.

Muitas vezes a promoção de um encontro entre representantes desses serviços é capaz de iniciar um processo de referência e contra-referência, até então inédito. A integração de serviços complementares entre si, em relação às necessidades de um mesmo público-alvo, pode ser considerada uma ótima contribuição para o aumento do capital social de uma comunidade.

A articulação entre os serviços deve vir conjugada a sensibilização e capacitação de seus respectivos funcionários, pois são muitas as portas de entrada para a rede de serviços dedicada a esta problemática. Uma vítima da violência dentro de casa pode entrar na rede de serviços, por exemplo, por um hospital, por uma delegacia de polícia ou por um centro de defesa. Se os funcionários que atuam nestes serviços desconhecem os serviços complementares ao que sua instituição oferece, poderemos ter situações em que a pessoa envolvida não se beneficie dos serviços que estejam à sua disposição ou,

ao contrário, haja uma sobreposição de serviços, o que poderia causar uma revitimização, ao ter, a vítima, que recontar sua história desnecessariamente.

A integração entre os serviços, portanto, é uma necessidade para a eficácia e a eficiência dos serviços prestados às pessoas envolvidas nas situações de violência intrafamiliar, e esta integração passa pelo conhecimento dos técnicos sobre a rede de atenção disponível.

Mas não só os profissionais que se dispõem a lidar com essas situações devem conhecer os serviços disponíveis para bem encaminhar as pessoas que chegam ao seu serviço, também os demais profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social precisam estar inteirados ou ter como acessar essas informações rapidamente, pois todos que trabalham diretamente com o público podem ter que fazer este tipo de encaminhamento.

E, em um esforço de ampliar o alcance do acesso aos serviços, seria importante ter nas comunidades lideranças sensibilizadas sobre o problema da violência intrafamiliar e com informação suficiente para acolher e indicar caminhos possíveis de ajuda e, ainda, promover discussão sobre o tema nos diferentes espaços onde as pessoas da comunidade se encontrem.

Se pegarmos aqueles três grandes temas: **normas vigentes da cultura patriarcal, a violência como forma de resolução de conflitos e o baixo capital social**; como agregados de fatores de risco ou de vulnerabilidade para a violência intrafamiliar, quais são as ações ou atividades que podemos desenvolver que possam mitigar, amenizar, esses fatores ou reforçar os fatores de proteção?

Toda estratégia de debater o tema de forma mais abrangente possível, promover organizadamente a difusão de informações sobre os serviços disponíveis e a sua articulação, aproveitar toda a capilaridade social existente para conectar famílias socialmente isoladas, são passíveis de serem iniciativas da sociedade civil organizada, ativada por profissionais conscientes da dimensão do problema.

Listamos a seguir algumas atividades, como exemplos de ações de prevenção que podem contribuir para a interrupção e prevenção da violência intrafamiliar nas comunidades:

- Sensibilização da população e de profissionais em temas como: violência intrafamiliar, conflitos familiares, gênero, gestão de conflitos, relação pais e filhos, educação dos filhos, formas de lidar com as diferenças etc.
- Formação de equipes de voluntários para multiplicar as palestras e oficinas.

- Elaboração e execução de campanhas.
- Elaboração, produção e distribuição de material impresso ou audiovisual, como cartilhas, folders, cartazes, peças de teatro, vídeos, etc.
- Capacitação de lideranças comunitárias e profissionais voluntários.
- Criação de centros de apoio voluntário para orientação aos envolvidos nas situações de violência (oferecidos por profissionais voluntários ou por membros da comunidade).
- A articulação das redes familiar, comunitária, de justiça e a de atenção ou serviços, através da promoção de eventos, reuniões ou encontros.

Neste momento de crise que estamos vivendo como nação, temos que nos conscientizar, de uma vez por todas, que não teremos heróis ou salvadores da pátria.

Cabe a todos nós, a cada um de nós, a construção do país justo e democrático que queremos.

Que o caminho para isso é o da organização da sociedade em todos os níveis, pois assim garantimos o acesso de todos a informação.

Este caminho passa também pelo aprendizado de que é mais produtivo buscar compor com a diferença do que querer convencer os demais sobre nossos pontos de vista.

E que só a partir da conscientização de que uma violência é toda ação que desconsidera a legitimidade da diferença e que tenta impor ao outro uma realidade⁸, é que poderemos vislumbrar o que será uma cultura da paz.

□

Referências bibliográficas:

1 - KRUG, E. G. et al., eds. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

2 – ZUMA, C. E. A violência no âmbito das famílias: identificando práticas sociais de prevenção. Rio de Janeiro: LTDS/COPPE/UFRJ e SESI/DN, ago. 2004.(mimeo).

3 - BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

4 – INSTITUTO NOOS, INSTITUTO PROMUNDO. *Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro/Brasil*.

Relatório da pesquisa coordenada por Fernando Acosta e Gary Barker. Rio de Janeiro, 2003.

5 - DE PAULA, Juarez. Desenvolvimento e gestão compartilhada. In: SILVEIRA, C. M. REIS, L. C. (org.). Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária/ Governo Federal/ RITS, 2001.

6 – ZUMA, C. E. A visão sistêmica e a metáfora de rede social no trabalho de prevenção de violência intrafamiliar em comunidades. Rio de Janeiro, *Nova Perspectiva Sistêmica*, ano XIII, número 23, fevereiro de 2004.

7 – SLUZKI, C. E. *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

8 - PAKMAN, Marcelo. Terapia familiar em contextos de pobreza, violência, dissonância ética. *Nova Perspectiva Sistêmica*, n. 4, out. 1993.